

A intersecção portuguesa no regionalismo brasileiro: os casos do "gaúcho" e do "sertanejo".

Marçal de Menezes Paredes*

Resumo: Já se disse que o Brasil se pensa através das regiões. Se assim o é, como cremos, pertinente se apresenta um escrutínio sobre as fronteiras simbólicas e mnemônicas da identidade brasileira mobilizadas em escala regional. O trabalho problematiza a intersecção portuguesa no regionalismo brasileiro através do estudo de dois casos específicos: o do "gaúcho" e do "sertanejo". Quanto ao primeiro, toma-se como baliza o estudo o opúsculo "Contos Rio-Grandenses", de Victor Valpério, estampado na revista do Partenon Literário, em 1872; quanto ao segundo, utiliza-se como suporte analítico trechos coletados na obra magistral de Euclides da Cunha, "Os Sertões: campanha de Canudos", que veio a lume em 1902. Em ambos são analisadas as referências a Portugal, mobilizadas como marcos simbólicos do discurso identitário brasileiro (manifestado, também, a partir das regiões).

I

Rien de plus international que la formation des identités nationales. Com essa frase Anne-Marie Thiesse expõe as conexões entre as idéias (internacionais) que deram a tônica do pensamento social do século XIX e a ebulição de discursos identitários que apelaram à naturalização da escala nacional como solo primacial de negociação identitária da modernidade. Como a mesma autora afirma, o verdadeiro nascimento de uma nação se dá no momento que um punhado de indivíduos declara que ela existe e empreende prová-la.¹ A nação é antes uma estratégia hermenêutica que uma questão de fato. Estratégica na qual a instauração de uma escala – o locus memorial onde se desenrolará a sua interpretação – impõe-se como momento simbólico fundacional.

Por outro lado, a análise da discussão sobre a identidade nacional brasileira, sobretudo nas três últimas décadas do século XIX, demonstra que a questão-chave, dos pontos de vista simbólico e historiográfico, era delimitar com precisão nossas fronteiras culturais frente ao antigo colonizador. Quais as características étnicas, geográficas ou sociais que justificariam, em nível cultural, a separação independência consolidada na esfera política? Frente a tal questionamento, o Brasil se requestiona – com o sotaque

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identités nationales. Europe XVIII – XX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p.11.

intelectual dezenovista –, buscando se proclamar através de sua diferença com Portugal. Temos, assim, mais um elemento a agregar em nossa indagação sobre a identidade nacional: o jogo das fronteiras e estratégias memoriais que, em nos diferenciando dos lusitanos, nos autoproclama uma nação autônoma.

Tudo somado, chega-se à constatação de que a narrativa memorial que institui a nação como hermenêutica social, além de possuir vínculos filosófico-políticos em âmbito extra-nacional, articula esses mesmos liames (externos) no sentido de naturalizar-se como evidência identitária. No caso brasileiro, como se disse, este processo passava por um ajuste de contas com nossas ligações com Portugal. A busca de nossa identidade nacional articula, portanto, idéias internacionais no sentido de naturalizar a nação brasileira como escala fundamental a partir de uma redefinição de nossa relação de alteridade frente à ex-metrópole. Ora, se isto é verdade, quais razões teríamos para não observar este mesmo fenômeno identitário em escopo regional? Não estaremos em erro, por princípio, se nos apercebermos que, à interface mundial das narrativas sobre as *culturas nacionais*, se seguirá, também, discursos que exercem pressões às fronteiras memoriais a partir da escala regional. As linhas que se seguem têm exatamente este objetivo.

Desta feita, não parece exagerado o bordão que diz que o Brasil se pensa e se problematiza através das regiões. Com efeito, o regionalismo brasileiro representou também uma *forma* de administrar o “passado português” no Brasil. Dito de outro modo, a *fundação* de estéticas culturais e identitárias que apelam à escala regional terá ativado, por sua vez, mobilizações da história no sentido de *naturalizar* a presença do “português” na formação dos tipos regionais brasileiros.

Vejamos, a partir de dois estudos de caso, os contornos desta percepção no período que compreende os anos da transição entre os séculos XIX e XX. Nosso suporte empírico constará, exclusivamente, do opúsculo de Víctor Valpírio, “Contos Rio-Grandenses (Introdução)”, escrito em Porto Alegre, em 1872, e de um fragmento da magistral obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões: campanha de Canudos*, que veio à estampa em 1902. Nos dois casos, nos ocuparemos apenas com os aspectos relevantes da mobilização da história em demanda identitária, principalmente no que tange à sua

negociação, em âmbito regional, da intersecção portuguesa da cultura brasileira. Vale deixar claro que nossa problemática de fundo é a da fundação estética da identidade nacional. Não nos esgueiramos, portanto, daquela inicial percepção colhida junto à frase de Anne-Marie Thiesse. Apenas a sublocamos utilizando outro jogo de escalas² - a fundação da nação através da mobilização identitária regional. Acreditamos pertinente apreciar os efeitos do ideário internacional que fundamenta a idéia moderna de nação a partir de níveis não coincidentes com as esferas nacionais de relacionamento. Em suma, tentaremos captar o fenômeno da multiplicação escalar característico de qualquer estratégia de delimitação³, inclusive da delimitação identitária.

II

Publicado em Porto Alegre, no número cinco da *Revista Mensal do Partenon Literário*⁴, em Novembro de 1872, o opúsculo intitulado “Contos Rio-Grandenses (Introdução)” simboliza claramente uma busca da identidade regional propulsionada a partir de um “acerto de contas” com Portugal. Um “acerto” que tem o endosso do naturalismo, tão caro, em diferentes registros, ao repertório teórico disponível naquele contexto intelectual do final do século XIX. O autor, Victor Valpério, inicia chamando a atenção para a premência de “fazermos independência literária, e estabelecermos na federação das letras república à parte”. Rápido se surpreende o mesmo sentido estético da *americanização*, observado no manifesto republicano de 1870,⁵ opção que o leva a ressaltar a importância do “cunho americano” na produção literária, chamando atenção para o “raio de sol das Américas, que doira as nossas fronteiras juvenis [e que] espelhar-se brilhante nas produções da musa dos brasileiros”⁶. A iniciativa pela busca de uma

² Veja-se, a este respeito, REVEL, Jacques. *Jeux d'échelles : la micro-analyse à l'expérience*. Textes rassemblés et présentés par Jacques Revel. Paris : Gallimard, 1996.

³ Conforme análise de MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira*. Coimbra: Almedina, 2008.

⁴ Sobre a *Revista Mensal do Partenon Literário* consultar CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006, principalmente o capítulo “O grupo do Partenon Literário”, pp.181-200, e também HESSEL, Lothar. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976. O “programa” do Partenon Literário de Porto Alegre foi publicado na revista *Letras de hoje*, n.40, 1980, pp.17-19.

⁵ Conforme “Manifesto Republicano de 1870”. In: MENEZES, Djacir (org.). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Introdução, organização e notas de Djacir Menezes. Rio de Janeiro: INEP, 1957.

⁶ Assim se manifestava Victor Valpério: “Dos ombros da náiade do Amazonas afastemos o manto servil da imitação européia, pesado para o nosso clima ardente, e demos-lhes as vestes leves, gentis, da virgem das florestas natalícias”. VALPÉRIO, Víctor. “Contos Rio-Grandenses (Introdução)”. In: *Revista Mensal*

literatura gaúcha tem, portanto, laços com um processo bastante mais alargado: o sentimento de americanização (enquanto esteio ao distanciamento da Europa).

O subentendido da aposta americana de Valpério comporta, como seria inevitável, a correcção de alguma excessiva reverência para com o legado e a capacidade referencial europeia: “Não modelemos tanto as nossas aspirações pelo cadinho europeu, nós que na mais opulenta plaga lemos a epopéia estupenda da criação do livro *infinito da natureza*. De *originalidade* ou ao menos *naturalização da ideia*, precisa a literatura pátria”. Num país de dimensões continentais, fácil era interpretar a diversidade natural e climática como apelo à mobilização da escala regional para a constituição de um referente estético primordial. Aliás, nas palavras do autor, “*segundo a região*, clima ou natureza do país, são as condições de vida dos povos; outra a face predominante do seu carácter; outras as suas inclinações naturais, o seu sentir social: como que todos os povos têm uma alma natal”⁷.

Se o apego à natureza como produtora de originalidade estético-cultural parece assim inquestionável⁸, importa não o entender como indicador de uma menor atenção à história, nem como incapacidade para estruturar, sobre a história e a partir dela, essa vertente tópica da construção identitária que é o complexo acerto de contas com o passado. O apelo ao espaço não significa o esquecimento do tempo: ao contrário, o a hiperbolização do espaço busca a naturalização do tempo. Impõe a leitura dos sedimentos deixados pelo tempo. Nas palavras do autor estudado, esta percepção das coisas aparece como evidência inelutável, afinal, quem não distingue “em uma roda de brasileiros o filho de Portugal?”. Para Valpério, “não é preciso que ele fale para indicar-se-lhe a naturalidade!”⁹. Obviamente, parece-lhe, pois não era verdade que, como rezava esse opúsculo de 1872, “Portugal é de algum modo nosso avoengo; nossos antepassados se entroncarão na família lusitana”? A questão era a de que o liame entre gaúchos e portugueses, entretanto, se traçava pela *negatividade*, na medida em que “de

do *Partenon Literário*: 2ª série. Novembro de 1872, n.º 5. Porto Alegre: Tipografia do ‘Constitucional’, 1872, pp.41.

⁷ *Idem, ibidem*, p.42. Grifos nossos.

⁸ Outro elemento que parece evidente é o processo de “naturalização da ideia”, certamente eco da divulgação do “bando de idéias novas” em Porto Alegre, como provam as elogiosas frases de Sílvio Romero à acção de Carlos von Koseritz. Sobre as demarcações nativistas gaúchas sob influência do pensamento de Koseritz, consultar GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUHRS, 2004, principalmente o capítulo “A construção dos limites étnicos pelos teutos de Porto Alegre. Discursos intelectuais e representações coletivas”, pp.111-210.

⁹ *Idem, ibidem*, p.42-43.

comum temos a língua que falamos, já com acentuada cor brasileira, a casa de Bragança e Bourbon, cujo cetro agrilhoa o gordo costado lusitano e a um pouco mais franzina lombeira brasileira, e instituições caducas, desprestigiadas, que mutuamente se copiam”¹⁰.

Terreno aberto, por conseguinte, para todo o género de exercícios de diferenciação, forçando a linha divisória a ganhar nitidez, a ganhar o recorte de uma “mestiçagem” diferencial, não já estruturada sobre o “brasileiro” – tal como propagado por Sílvio Romero –, mas sobre o “gaúcho”, capaz, tanto quanto aquele, de bem fundar a separação em relação ao português. É justo isto o que se vê nas linhas de Valpério, pois “no sangue do nosso povo corre, de mescla com os portugueses, gotas de outra raça; em nossa imaginação pululam outras ideias, em nosso coração outro sentir e em nossa alma outras ambições”. Para o autor,

“não é o bom lavrador do Minho, que após prolongado trabalho em suas geiras descança ao crepitar dos velhos cepos no fogo da lareira, – o audaz *gaúcho* que voa nos pampas do sul montado no furioso bagual, tendo por pátria a solidão sem fim, sem amores nem família, sem laços que o detenham em sua vida errante! Não é o barqueiro do Douro, não é o saudoso pescador do Tejo, – o intrépido jangadeiro dos mares do norte, que no frágil lenho arrosta a sanha do oceano seu descôr; – o robusto caboclo do Pará, que entronizando na piroga corta com o remo subtil as argentas escamas do rei das águas! O trabalhador da Beira, que passa longos serões ao lado do fogo na debulhada do trigo, – das não é o escravo brasileiro, que ao cantar do galo à meia-noite, mal dormido, corre ao som do sino da charqueada, tremendo de frio que corta, sob o açoite ameaçador do capataz, a cancha, para matar bois até dia alto, e daí até a noite lidar com carnes: isto, meses seguidos, uma safra inteira”¹¹.

Compreensivelmente, dado que a referencialidade portuguesa surge como algo a ser superado, o recurso à história surge como o móbil organizador desta renegociação memorial. Falará, por isso, Valpério, o seguinte:

“do velho e decadente Portugal, mortuário esquife onde repousam para sempre as glórias de um povo ilustre, que há

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.42.

¹¹ *Idem, ibidem*, p.42-43.

dois séculos conduz à sepultura a dinastia de Bragança, fatal coveiro, – ao Brasil, que, ainda envolto nas fochas da infância, prega os olhos cintilantes, onde bóiam inebriadas as aspirações do século, no véu azul que venda o horizonte futuro”¹².

O quadro traçado é claro: na busca pela originalidade estética dos *Contos Rio-Grandenses*, a “herança” portuguesa é entendida como o referente do passado a ser superado. A *fundação* de uma originalidade cultural gaúcha passa, assim, pelo processo de demarcação de fronteiras identitárias que mobilizam, também elas, o passado “português” como *ultra-passado*. Veja-se, a título exemplar, o retrato desse português prisioneiro da sua própria herança, tal como descrito no discurso gaúcho:

“O gênio português, lidador cansado, de alvas cãs à mercê dos ventos, assenta-se à beira da estrada, inválido hoje, a embeber-se nas cismas de um passado venturoso de poderio e glória; rememorando um por um todos os seus feitos grandiosos nas éras que já lá vão. Volve os olhos saudosos ao passado, relê folha por folha a história grandiosa do seu arrojo e gênio, e de seus lábios frios com o bafejar da noite, ao ver tumultuariamente desfraldarem o estandarte do século nas ameias do progresso os povos viris, escapam-se as palavras: «Ai! Já não posso mais!»”¹³.

Não desconhecemos que o processo da construção da identidade regional no Rio Grande do Sul foi influenciado por outros elementos, não limitados, nem sequer obrigatoriamente reportados à referencialidade portuguesa¹⁴. Para os nossos intuitos, porém, afastados da problemática concreta da identidade gaúcha e seus componentes históricos, resulta óbvia uma linha de imbricação que, envolvendo, em simultâneo, os esforços demarcatórios verificados às escalas internacional (a idéia moderna de nação), nacional (portuguesa e brasileira) e regional (gaúcha), suporta razoavelmente bem a nossa hipótese de trabalho prévia, qual seja, a da discursividade da nação e o gerenciamento de sua alteridade referencial por intermédio das narrativas identitárias regionais. Aliás, no mesmo sentido parece apontar a outra via de inquérito, respeitante, desta feita, ao espaço nordestino. Com efeito, também para a definição da cultura

¹² *Idem, ibidem*, p.43.

¹³ VALPÍRIO, Víctor. “Contos Rio-Grandenses (Introdução)”. In: *Revista Mensal do Partenon Literário: 2ª série*. Novembro de 1872, n.º 5. Porto Alegre: Tipografia do ‘Constitucional’, 1872, pp.43.

¹⁴ Consultar, entre outros, OLIVEN, Rubem George. *A Parte e o Todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992 entre outros.

sertaneja foi necessário um (re)traçar de fronteiras que implicou à intersecção luso-brasileira em “solo” metafórico regional.

Neste ponto, não hesitamos quanto à conveniência de tomarmos o livro *Os Sertões: campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha, como narrativa estética seminal. Como é sabido, a mencionada obra euclidiana, estampada em 1902, possui destacado papel no âmbito da cultura brasileira¹⁵, fato que mereceu a dedicação de muitos intérpretes¹⁶. Contudo, o que aqui nos interessará em *Os Sertões* será, especificamente, o momento em que, para estabelecer um “retrato” do sertanejo, Euclides da Cunha estabelece uma dialogia estética com um específico “retrato” português. E se, ao longo de *Os Sertões*, a demarcação da *originalidade* cultural do sertanejo, habitante do interior do nordeste brasileiro, se assume como pedra-de-toque da obra, deve dizer-se que, nessa sua busca pela melhor definição das populações do *hinterland* brasileiro, Euclides da Cunha não hesita em apelar à história como suporte da sua indagação identitária. Não hesita, também, em convocar o passado português, gerenciando-o em articulação com o perfil desenhado para um mestiço brasileiro regionalmente definido. O “sertanejo” é, nesse sentido, mais uma *forma* de fundar o nacional diferenciando-o do lusitano.

Por quê “regionalmente” definido? Porque, bem vistas as coisas, não havia, para o Euclides de 1902, “um tipo antropológico brasileiro”¹⁷. E porquê esta “gestão” do referente português? Por uma dupla razão: primeiro, pela utilização da obra do intelectual português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que Euclides menciona expressamente, como fonte explicativa sobre quem eram os portugueses que para o

¹⁵ ZILLY, Berthold. “A Reinvenção do Brasil a partir dos sertões: como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro de Euclides da Cunha “é” o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma”. In: *Revista Humboldt* Ano 42, 2000, n.º 80, p. 44-51.

¹⁶ Estando incluídas, neste caso, as nossas próprias incursões pela obra euclidiana, seja quanto ao processo intelectual do contato de Euclides da Cunha com o interior do nordeste brasileiro seja quanto ao papel fundante de sua obra numa matriz cultural brasileira. Para a primeira questão, ver PAREDES, Marçal de Menezes. “Nacionalidade brasileira e projeto moderno: entre a incorporação da diferença e a introjeção da culpa”. *Revista de História das Ideias*. Vol.23. Coimbra: Faculdade de Letras, 2002, pp.545-574; para a segunda, PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um ser-tão brasileiro. Tempo, história e memória em ‘Os Sertões’ de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002. Neste último trabalho, discutem-se as diferentes interpretações da obra euclidiana.

¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Editora Ática, 2000, p.84.

sertão tinham ido; segundo, pela mobilização histórica no sentido de realçar a “herança” lusitana como ingrediente na formação do tipo regional do sertão.

E seria necessário levar em conta com estes fatores? Por certo que sim, já que, para o autor de *Os Sertões*, no interior nordestino sobrevivia “uma grande herança de abusos extravagantes, [a qual,] extinta na orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, *no sertão ficou intacta*”¹⁸. E, de fato, tão intacta ficara, no *sertão*, a marca portuguesa que trouxera esses “abusos extravagantes”, que Euclides da Cunha mais não faz do que buscar inspiração, para os descrever, na fonte de onde eles provinham, arquitetando o seu próprio discurso sobre o de autoria de Oliveira Martins, como que decalcados pelo autor de “Os Sertões” ao descrever essa herança lusa:

“trouxeram-na as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham cheias daquele misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à candência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na Península. Eram parcelas do mesmo povo que em Lisboa, sob a obsessão dolorosa dos milagres e assaltado de súbitas alucinações, via, sobre o paço dos reis, ataúdes agoureiros, línguas de flamas misteriosas, catervas de mouros de albornozes brancos, passando processionalmente; combates paladinos nas alturas... E da mesma gente que após Alcácer-Quibir, em plena «caquexia nacional», *segundo do dizer vigoroso de Oliveira Martins*, procurava ante a ruína iminente, como salvação única, a fórmula superior das esperanças messiânicas”¹⁹.

No contexto da obra euclidiana, a referência direta ao episódio de Alcácer-Quibir, que Oliveira Martins considera um dos marcos da “morte” de Portugal, é mobilizada por Euclides da Cunha como a prova de que o sertanejo representava um caso de “atavismo” na história. No sertão brasileiro remanesce a sobrevivência de algo morto: Portugal. De outra forma não se entenderá a explicação do *sebastianismo* “sertanejo”, manifesta na figura de Antônio Conselheiro, líder político-religioso de Canudos, que ecoava a crença no retorno de D. Sebastião. Como não se entenderá a insistência posta por Euclides na mesma tônica:

¹⁸ *Idem, ibidem*, p.125.

¹⁹ *Idem, ibidem*. Grifos nossos.

“considerando as desordens sertanejas, hoje, e os messias insanos que as provocam, irresistivelmente nos assaltam, empolgantes, as figuras dos profetas peninsulares de outrora – o rei de *Penamacor*, o rei da *Ericeira*, errantes pelas faldas das serras, votados ao martírio, arrebatando na mesma idealização, na mesma insânia, no mesmo sonho doentio, as multidões crendeiças”²⁰.

Euclides, é sabido, não se furtou, ao longo de toda a sua obra, a fazer inúmeras considerações acerca do “funcionamento” do tempo²¹. No caso da sua explicitação sobre o atavismo sertanejo, um atavismo onde ressoava, como sobrevivência de um passado supostamente “morto”, um lastro da herança portuguesa, é precisamente com a sua particular predisposição para com o elemento temporal que deparamos. É que a demarcação identitária do tipo regional sertanejo, também para ele, era o resultado de um encontro com a história. Com diferentes momentos históricos, de resto, visto tratarem-se, na versão euclidiana, de um processo de “justaposição” temporal. Uma “justaposição histórica [que se] calca sobre três séculos”:

“exata, completa, sem dobras. *Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja*, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na atmosfera moral dos iluminados que encalçavam, doudos, o Miguelinho e o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte”²².

Caso exemplar de “atavismo histórico”, para usar a expressão de Euclides da Cunha, a fundação da identidade regional do sertanejo remonta aos sedimentos históricos do passado português que grassavam mumificados pelo sol candente. Daquela

²⁰ *Idem, ibidem*, p.125-126.

²¹ A imbricação da delimitação cultural com a demarcação da história é clara desde a introdução de *Os Sertões*, como se vê no seguinte excerto: “O *jagunço* destemeroso, o *taberéu* ingênuo e o *caipira* simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marchas dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo. A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável «força motriz da História» que Gumpłowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”. *Idem, ibidem*, p.13-14.

²² *Idem, ibidem*, p.126. Grifos nossos.

terra adusta do interior brasileiro, forjava-se um modelo de pensamento sobre a nação. Modelo construído, como se viu, através de exercícios de ajustamento memorial luso-brasileiros.

III

Depois do que aqui ficou exposto, podemos continuar a reflexão de Anne-Marie Thièsse – que mencionava o caráter internacional do questionamento sobre a identidade nacional –, completando-o com a seguinte asserção: *nada mais nacional do que a busca pela identidade regional*. Afinal, como se viu, foi também pelo regionalista que a construção da identidade nacional brasileira logrou superar os vínculos memoriais existentes com a ex-metrópole. Deste processo mnemônico e historiográfico, não ficaram alheios os critérios de *meio geográfico* e *raça*, instrumentos analíticos caros ao pensamento social do final do século XIX. Pode-se dizer que a busca pela identidade regional, serviu-lhes como matéria-prima por excelência.

É curioso notar, à guisa de conclusão, que as relações entre nacionalismo e nativismo não escaparam aos comentaristas mais atentos da época. Eça de Queirós, por exemplo, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em 1896, fazia as seguintes considerações sobre o movimento *nativista* no Brasil:

“É certo ainda que muitos moços, com a ingenuidade um pouco tumultuosa que é própria da nossa raça, confundindo *nativismo* com *nacionalismo*, tivessem concebido o sonho de um Brasil só brasileiro. Estas idéias e interesses, tendo um fundo idêntico de negação sem dúvida se juntariam, atravancariam a rua com o seu bando e a sua bandeira, e por motivo daquela excitação contagiosa, que tanto prejudica as sociedades meridionais, encontrariam apoio, por um momento, entre multidões crédulas e com os nervos ainda abalados por uma dura guerra civil. Mas essa influência do nativismo só podia ser (como foi, creio eu) muito transitória, no meio de uma nação tão amorável, tão generosa, tão hospitaleira, *tão européia* e de tão vasta fraternidade como é o Brasil, para sua grande honra entre as nações”.²³

²³ QUEIRÓS, Eça. “Nativismo”. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamim (org.). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p.156.

Não foram tão transitórias as relações entre nativismo e a idéia de nação, conforme acreditava o literato lusitano. No mesmo texto, entretanto, Eça de Queirós relacionava o apelo ao nativismo no âmbito do crescimento da influência “yankee” no Brasil. Percebia, corretamente, que as imbricações escalares no âmbito identitário do final do século XIX possuem referencial estético externo. Eram diferentes formas de *americanização* identitária ou rotas diferentes de afastamentos da Europa. Do que se depreende o seguinte: tanto o referencial internacional como o estímulo regional não são o contrário à idéia de nação. São, antes, formas diferentes de sua problematização. São, numa palavra, as outras faces da identidade nacional.

BIBLIOGRAFIA

- CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUHRS, 2004.
- HESSEL, Lothar. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.
- Letras de hoje*, n.40, 1980.
- MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira*. Coimbra: Almedina, 2008.
- MENEZES, Djacir (org.). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Introdução, organização e notas de Djacir Menezes. Rio de Janeiro: INEP, 1957.
- OLIVEN, Rubem George. *A Parte e o Todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um ser-tão brasileiro. Tempo, história e memória em ‘Os Sertões’ de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002.
- PAREDES, Marçal de Menezes. “Nacionalidade brasileira e projeto moderno: entre a incorporação da diferença e a introjeção da culpa”. *Revista de História das Ideias*. Vol.23. Coimbra: Faculdade de Letras, 2002, pp.545-574.
- QUEIRÓS, Eça. “Nativismo”. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamim (org.). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- REVEL, Jacques. *Jeux d’échelles : la micro-analyse à l’expérience*. Textes rassemblés et présentés par Jacques Revel. Paris : Gallimard, 1996.
- THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identités nationales. Europe XVIII – XX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999
- VALPÍRIO, Víctor. “Contos Rio-Grandenses (Introdução)”. In: *Revista Mensal do Partenon Literário: 2ª série*. Novembro de 1872, n.º 5. Porto Alegre: Tipografia do ‘Constitucional’, 1872.
- ZILLY, Berthold. “A Reinvenção do Brasil a partir dos sertões: como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro de Euclides da

Cunha "é" o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma". In: *Revista Humboldt* Ano 42, 2000, n.º 80.